

REPRESENTAÇÕES DO COMPORTAMENTO FEMININO EM BELO HORIZONTE (1920-1930)

REPRESENTATIONS OF FEMALE BEHAVIOUR IN BELO HORIZONTE (1920-1930)

Lucas Carvalho Soares de Aguiar PEREIRA*

Resumo: Os impressos contribuíram para a produção e a difusão de representações, de diferenciações e de classificações sociais do comportamento feminino. Durante as décadas de 1920 e 1930 em Belo Horizonte, Minas Gerais, os jornais publicaram diversos textos dispersos dirigidos às mulheres e aos seus comportamentos, que são uma importante série documental para a análise das distinções a partir da interseccionalidade do gênero com as dimensões raciais, sociais e sexuais (morais). Essas representações produziram e foram produzidas pela dicotomia entre “mulher honesta” e “mulher decaída”. Argumento que essa situação é parte de um amplo processo de construção de diferentes mecanismos de normatização dos comportamentos femininos que se relacionam com as distinções sociais e de gênero que marcaram a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Gênero feminino; Interseccionalidade; Representações sociais; Classificações sociais; Distinção.

Abstract: The press contributed to the production and dissemination of social representation, differentiation and classifications of female behaviour. The 1920's and 1930's newspapers in Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil, have published several dispersed texts addressed to women and their behaviour. They form an important series of documents to the analysis of social distinctions from intersectionality of gender with the racial, social and sexual (moral) dimensions. These representations forged and have been shaped by the dichotomy between the “honest woman” and the “fallen woman”. I argue that this situation is part of a large process of production of different arrangements of standardisation of female performance that are related with the social and gender distinctions of the Brazilian society.

Keywords: Female Gender; Intersectionality; Social representations; Social classifications; Distinction.

* Doutor em História Social – Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG – Campus Betim). A redação desse artigo contou com o apoio do IFMG. E-mail: lucas.pereira@ifmg.edu.br.

Neste artigo analiso um conjunto de textos, publicado nos jornais “Diário de Minas” e “O Estado de Minas”, que pôs em circulação certas representações sobre diferentes grupos de mulheres da sociedade belo-horizontina entre 1920 e 1930.¹ O trabalho buscou compreender como se deu a construção e circulação de prescrições para os comportamentos das mulheres e em que medida essas prescrições criaram categorias que diferenciam os “tipos” de mulheres. A partir da leitura da documentação foi possível observar que noções e conceitos sobre diferentes modos de ser mulher circulavam pela vida cultural e social da cidade em diversos aspectos, colocando em oposição formas femininas entendidas como moralmente superior ou inferior. Essas representações estavam presentes em diferentes tipos de textos, conformando um conjunto de preceitos pedagógicos para os comportamentos femininos e masculinos e destacando um repertório dos movimentos corporais possíveis e desejados. A análise do artigo reforça a hipótese, desenvolvida pela historiografia da educação, da constituição de um projeto de educação moral que circulou na cidade de Belo Horizonte durante as primeiras décadas de sua existência (MORENO e VAGO, 2011; PEREIRA, 2019). Em outras palavras, os jornais belo-horizontinos jogaram um importante papel na produção e reprodução de modelos de comportamentos femininos no período, contribuindo para a distinção social, racial e moral entre mulheres da cidade.

O discurso desses jornais evidencia um conflituoso processo de construção e legitimação de parâmetros para o desempenho do papel feminino no espaço público. O conceito de representações sociais faz parte da discussão historiográfica há algumas décadas, sendo motivo de disputas epistemológicas e teóricas. No âmbito deste artigo, assim como em trabalhos anteriores (PEREIRA, 2013; 2018), a noção de representação diz respeito às imagens criadas e difundidas por determinados grupos sociais de si mesmos e dos outros. Imagens dos valores morais, que estabelecem uma relação simbólica com os objetos do mundo. Trata-se de analisar a relação de representação entre uma imagem e um objeto do mundo (CHARTIER, 1991, p. 184). A representação tem tanto um caráter cognitivo, de algo que está presente e é real, quanto um caráter de imaginação, no sentido de uma abstração (MOTA, 2009). Esse movimento é marcado por “classificações”, “nomeações” e “definições de espaços de circulação” que reforçaram as “hierarquias” entre diferentes “sistemas simbólicos e sociais” (BOURDIEU, 1996; SCOTT, 1995). Apesar do caráter universal do processo de desigualdade e de dominação de gênero produzido pelas representações filosóficas e científicas sobre o “ser feminino” do período (TEDESCHI, 2008, p. 123), as classificações analisadas nesse artigo construíram um conjunto de dicotomias que possuíam marcações sociais e raciais muito específicas da realidade

brasileira, de modo semelhante ao processo de diferenciação entre a “senhora” e a “criada” na Primeira República (SANTOS, 2015, p. 56-125).

Uma das dicotomias encontradas nos discursos morais sobre o feminino é a oposição entre a “mulher honesta” e a “mulher decaída”. Essas duas classificações tornaram-se importantes mecanismos prescritivos no tenso e conflituoso processo de constituição do gênero feminino, em seus diferentes tempos e espaços, ao longo do século XIX e XX. Além de procurar disseminar determinados preceitos pedagógicos para a moralidade feminina, as práticas discursivas desse processo realizaram uma “di-visão” entre dois “tipos” de comportamentos femininos, mas também entre duas formas de comportamento masculino (BOURDIEU, 1997).² Essa divisão tomava a casa e o espaço público como as duas principais fronteiras das performances de gênero (BUTLER, 2003).³

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado (BUTLER, 2003, p. 194).

A produção dessa dicotomia se deu de modo interseccional, e forjou representações baseadas em dimensões raciais, sexuais e econômicas das “mulheres mineiras”, que contribuíram para uma educação dos movimentos corporais femininos nos espaços públicos. A educação do corpo ultrapassa a sistematização de movimento corporal ou de um componente escolarizado e formal de educação física, como a ginástica. Parto do pressuposto de uma dimensão educativa que se dá por meio dos sentidos e da corporeidade e que se materializa em determinadas sensibilidades. O corpo é o primeiro lugar do aprendizado social e intelectual (BOURDIEU, 1997, p. 168-169). Ele é educado em relação às suas experiências sensoriais: visual, tátil, auditiva e olfativa, mas também no nível emocional e no da relação que os sujeitos mantêm com o mundo. É fundamental, portanto, buscar compreender como se deu o processo histórico de constituição de sensibilidades heteronormativas em relação às formas de ser e de se portar como homem ou como mulher no espaço público. Neste estudo, como ponto de partida dessa proposta investigativa, detive meu olhar na construção de representações dos corpos femininos nos espaços da cidade de Belo Horizonte. O trabalho busca contribuir, enfim, para compreensão dos diferentes mecanismos de normatização dos comportamentos femininos e sua

relação interseccional com determinadas distinções sociais, raciais e morais que marcaram a sociedade brasileira.

Os impressos e as representações

Os impressos se tornaram importantes documentos para o estudo da história no Brasil nas últimas décadas. A cultura material, os elementos gráficos, as relações político-econômicas e o problema da leitura e dos leitores dos impressos passaram a figurar como temas caros para a historiografia (LUCA, 2006). Em Belo Horizonte, vários panfletos e jornais que não passaram dos seus primeiros números foram publicados por grupos de amigos, estudantes, trabalhadores e políticos, tratando de assuntos os mais diversos. O *Diário de Minas* foi a principal publicação que circulou na capital na década de 1920. Sua política editorial incorporava questões próprias aos grupos políticos dominantes, inclusive a nível nacional e, a partir de agosto de 1926, passou a se identificar como o jornal oficial do Partido Republicano Mineiro (PRM) (CASTRO, 1995). Além disso, a vida cotidiana da capital e do interior mineiro, que se via em profundas mudanças devido à dinâmica cultural e econômica, também foi amplamente discutida nas páginas do jornal. Essa folha continha poucas colunas fixas como, por exemplo, “Crônicas”, “Fatos e Comentários” e “Sociedade”. Algumas dessas seções reuniram textos que anteriormente eram publicados de forma dispersa ao longo da publicação.

A concorrência com novos empreendimentos pode explicar essa transformação no interior do *Diário de Minas* a partir da segunda metade da década. “*O Estado de Minas*” foi um importante periódico da capital, fundado em 1928 por empresários articulados em torno do jornalismo como forma de empreendimento capitalista. A publicação declarava abertamente sua oposição ao PRM, buscando interlocução mais ampla com diversos assuntos políticos, sociais e culturais que afetavam a capital e o estado (ANTUNES, 1995). Assim, esse jornal tornou-se rapidamente uma referência entre grupos liberais da capital insatisfeitos com as ações dos partidos republicanos dos principais estados da federação, tornando-se ponto de apoio aos movimentos políticos da década de 1930. Segundo Thais Fonseca (2002, p. 461), o jornal o Estado de Minas “integrava os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, desde 1929” já o Diário de Minas “havia sido criado em 1898, ligado ao Partido Republicano Mineiro” e anos mais tarde, em 1949 passou a pertencer “à família Negrão de Lima, ligada ao Partido Trabalhista Nacional, uma das bases de apoio de Juscelino Kubitschek”.

Na década de 1920, esses jornais já possuíam um formato “moderno” e mobilizavam “discursos polifônicos” em suas páginas, apesar das limitações apontadas acima (RIBEIRO, 2007, p. 15-16). Esses empreendimentos fizeram circular uma série de representações e saberes

sobre os modos de viver das mulheres em diversas partes do mundo e do país. Analisando essas imagens foi possível identificar duas grandes categorias de classificação: a da mulher “honesta”, com um futuro próspero e como continuidade da sociedade mineira, e a da mulher “decaída”, “perdida” na vida, significando, em última instância, uma ameaça à vida em sociedade. Os jornais analisados, em suas colunas sociais, publicaram diversos textos voltados às mulheres em geral, apesar da tendência para a padronização do discurso tendo em vista os valores burgueses. Os diários publicavam, também, textos que descreviam o cotidiano da capital, nos quais as mulheres participavam como personagens centrais. Esses dois modelos de narrativas produziram julgamentos profundos acerca dos costumes da cidade e dialogavam com as tensões sociais que acompanharam a diversificação de bens de consumo trazida pela modernidade capitalista.

De diferentes maneiras, a condição social das mulheres nesse corpus documental manteve uma intensa relação com atributos físicos, como a beleza, ou com características morais, como a ideia de pureza do gênero feminino. O corpo da mulher branca e burguesa apresentava-se como alvo de cuidado, zelo e controle especiais, como elemento constitutivo de uma vida pura. A diversificação de produtos e a facilidade de acesso aos objetos de desejo prometidos pela modernidade foram entendidas como uma transgressão, um excesso, um ponto de interdição para as mulheres da burguesia mineira, a fim de proteger as distinções morais e raciais, bases de sustentação das diferenças sociais do período, como no trecho a seguir.

FUTILIDADES

Não sou, louvado Deus, o que em linguagem vulgar se possa chamar “melindrosa”, mas, apesar de gostar de escrever sobre coisas sérias, não me deslustrará em nada o escrever sobre perfumes e pó de arroz.

Parecerá à leitora coisas de moda o assunto escolhido.

Aí é que está o erro.

O uso do pó de arroz é coisa muito delicada e que requer muito bom gosto e uma finura de educação que põe à prova de fogo a dama elegante.

Quantas vezes temos sentido perfumes próprios de mulata endomingada junto de damas que se julgam de bom tom?!

E porque tudo isto?

- Porque Mme, para economizar dois ou três mil réis, compra um perfume “rastaquera” e usa um pó de arroz que não convém absolutamente com sua posição social. Por isso mesmo, toda mulher bonita, que deseja conservar a sua beleza por longo tempo, deve ter o seu tratado sobre perfumes e demais conservadores da boa higiene da pele, evitando assim o aparecimento prematuro da ruga. **Deve usar perfumes e pó de arroz de acordo com o seu tipo, respeitando, sobretudo, a sua idade e a sua condição social.** É simplesmente lamentável que uma menina mineira, e, por conseguinte, de bons princípios, tenha, logo no deixar os bancos do Colégio Santa Maria, **o mau gosto de usar perfumes picantes que não podem absolutamente despertar ideias de misticismo e de pureza.** (Diário de Minas, 14/07/1920, p. 2, grifos meus).

Essa passagem é um exemplo da preocupação de diversos grupos que buscavam manter a demarcação dos lugares sociais das mulheres que pretendiam assumir-se como “damas elegantes” na capital mineira. Mostra, também, uma tensão entre a adequação ao modelo e sua negação, evidenciada pelas características sociais e raciais desse projeto de mulher. O modelo feminino das classes médias em formação na capital mineira forjava uma interdependência entre raça, classe e gênero, delimitando, ainda, os espaços da geografia urbana nesse processo de diferenciação social. Este modelo estava alinhado à especificidade da capital mineira quanto ao projeto de modernização do espaço público e das experiências urbanas coletivas (ANDRADE, 2004, MORENO e VAGO, 2011). Economizar em produtos, que preservariam a higiene da pele e retardariam a chegada da temida velhice, seria considerado sinônimo de falta de elegância, de pouca educação. Os saberes sobre esse processo de distinção passariam pela autorização conferida pelos tratados de beleza, impressos que precisavam circular, mas antes de tudo, que precisavam ser adquiridos pelas mulheres que pretendiam reforçar sua distinção social (SANTOS, 2015). Desde o século XIX, os higienistas colocaram-se “como os apóstolos de uma beleza feminina” que fosse capaz de exprimir “principalmente saúde” e esses valores se disseminaram por diferentes suportes culturais, como a literatura, o cinema (SCHPUN, 1999, p. 86). Esses saberes sobre as maneiras de uma mulher cuidar do seu corpo, que circulavam nos livros, passavam também a circular nos jornais com as transcrições de trechos dos tratados de beleza, com a criação de seções de dicas de beleza, os comentários sobre produtos de cosmética e as crônicas que narravam situações do cotidiano.

Mas, como a transcrição acima enfatizava, essas prescrições procuram distinguir os comportamentos das mulheres da família burguesa daqueles próprios de mulheres negras, pobres e sedutoras, enfatizando a condição racial, a posição social e as inclinações morais das leitoras para quem os discursos se dirigiam. A sexualização da mulher negra é um tema constante na história cultural da formação nacional e esteve presente em diversas matrizes do pensamento nacional (RAGO, 1998). Essa forma de distinção social se colocava como uma parte de um processo de distinção moral, criando o postulado de que corpos de mulheres de posições sociais e raciais distintas precisariam se comportar de maneiras diferentes no espaço público e no privado. As representações dos jornais da capital mineira realizaram uma distinção entre o corpo branco, capaz de produzir efeito do belo, e o corpo negro, fadado a dolorosas tentativas de se embelezar (DIWAN, 2007).⁴

O anúncio soava, ainda, como uma advertência às mulheres das classes médias para os perigos que a transgressão dessas distinções poderia trazer. Philippe Perrot (1984, p. 167-169)

argumenta que os relatos sobre a preocupação e medos com a harmonia entre vestimentas, cortes de cabelos e maquiagens foram comuns no discurso da burguesia francesa no século XIX e traduziam uma “vontade de fabricar uma nova mulher” naquele momento. O desejo pela fabricação de uma nova mulher brasileira no século XX, que está relacionada ao ideal de modernidade de que tratamos neste artigo, apesar da distância temporal e espacial, também foi ao encontro dos medos e anseios de diferentes sujeitos frente aos processos de transformação urbana, cultural e social vivenciados na capital mineira nas primeiras décadas republicanas, como pode ser observado na citação anterior.

Essas transformações também se deram nas dinâmicas de divertimento da cidade e, conseqüentemente, nas relações que os policiais mantiveram com os indivíduos em espaços de diversão. Uma política de policiamento dos espaços de diversão e lazer noturnos passou a ser moldada, gradativamente, na década de 1920 (PEREIRA, 2019). Em 1921, na seção “*Ocorrências policiais*” do jornal “*Diário de Minas*”, uma nota anunciava a prisão de dois homens e duas mulheres que estavam em um “dos mais poéticos caramanchões” no Parque Municipal. Os envolvidos, após receberem “paternais conselhos do Sr. Delegado, foram (...) postos em liberdade”. A notícia seguia dirigindo aplausos ao delegado da 1ª circunscrição.

O Sr. Waldemar Loureiro resolveu, então, como medida de moralidade, proibir terminantemente a frequência de criadinhos empoadas que, ao lado dos seus ternos Romeus (na maior parte Otelos...), infestam os nossos logradouros públicos, como Praça da Liberdade, Parque Municipal, para aí, em presença de famílias, procederem de modo inconveniente e atentatório à moral pública. Eis, pois, o motivo que esses logradouros, hoje embelezados pelo governo, perdem completamente a frequência dos bons elementos da nossa sociedade. A providência tomada pelo Sr. Waldemar Loureiro merece, indiscutivelmente, todo o aplauso da população de Belo Horizonte, **que terá, doravante, aqueles dois logradouros públicos exclusivamente familiares.** (...) (Diário de Minas 21/04/1921, p.2, grifos meus).

Percebe-se, assim, que o corpo da mulher, que já era alvo de atenção de prescrições de beleza diferenciadas de acordo com a condição social e étnica, também passava a ser um importante tema nas especulações sobre o comportamento feminino ideal nos espaços públicos da cidade. Com o passar dos anos, a jovem cidade-capital enfrentou o problema da exposição dos corpos e de demonstrações afetivas de modo cada vez mais conservador, culminando em restrições coordenadas e fiscalizadas pela polícia civil (PEREIRA, 2019). As intervenções nos comportamentos corporais das mulheres – a maneira de comer, de mover-se, de se portar e de manter-se – na primeira metade do século XX desejavam promover uma ingerência na forma de ser dos sujeitos e constituíram-se como um importante fator nas modificações anatômicas

que se procederam nos corpos femininos urbanos nos dois últimos séculos (PERROT, 1984, p. 186).

Belo Horizonte vivenciou, na década de 1920, uma profusão de propostas, publicadas em jornais e revistas, que visavam uma intervenção nas formas de andar, de falar, de vestir e de se movimentar. O comportamento feminino no espaço público, entendido como espaço urbano compartilhado e coletivo, foi o foco de inúmeros artigos publicados nos jornais com os quais tivemos contato, assim como em outras cidades e períodos (RAGO, 1991, MOREL, 2005, JINZENJI, 2010, PEREIRA, 2019).⁵ Alguns esquemas de comportamentos foram disseminados por colunistas do “*Diário de Minas*”, que buscaram se posicionar nesse debate público, com o desejo de inserir Belo Horizonte na lista das cidades modernas, tema caríssimo aos habitantes da cidade (ANDRADE, 2004).

A gente que frequenta reuniões sociais, **os espíritos requintados julgam uma mulher e o seu grau de distinção só com vê-la caminhar**. O modo de caminhar, na mulher, é, realmente, a expressão da inteligência e da graça; a inteligência e a vontade, sobretudo, transluzem no modo de caminhar. Todos os membros do corpo humano concorrem harmonicamente para tornar mais ou menos plástico e gracioso o conjunto de atitudes e de movimentos que constituem o que se chama o andar. (...) **Cumprir dizer que a mulher, para caminhar bem, precisa ser proporcionada em todo o corpo, porquanto a gordura torna o seu andar pesado à noite, ao passo que a magreza o torna seco, breve e quase hirto. Os exercícios ginásticos permitem conservar nos membros motores uma elasticidade benéfica, de modo que a harmonia entre as diversas partes do corpo, o aprumo, o *donaire*, enfim, não são truncados pela ação mecânica do caminhar**. Eis alguns conselhos para quem quiser caminhar elegantemente: a) ter a cabeça ereta, sem inclinação; b) conservar o corpo direto, sem rigidez, sem empertigamento, de modo que o torso possa ter uma ligeira oscilação; c) levar a ponta do pé para frente de modo que toque o chão primeiro que o calcanhar; d) fazer passos naturais, isto é, sem a preocupação de torná-los mais longos nem mais curtos; e) caminhando, não deve deixar pendular os braços. **Essas regras são para andar fora de casa. Em casa o andar deve ser mais ligeiro, mais flexuoso**. O calcanhar apenas deve tocar o chão. [...] (Diário de Minas, 29/12/1922, capa, grifos meus).

As dicas para as mulheres se portarem no espaço público eram diferentes daquelas que visaram seu comportamento no espaço privado. A preocupação desse discurso girava em torno da relação que a mulher ideal deveria manter com o “outro”: para os homens em geral a intenção era evidenciar suas virtudes e pureza, demarcando o lugar social da esposa em potencial, enquanto que para suas relações com outras mulheres era preciso proceder uma distinção pela elegância, pela posição social e racial.

As representações sobre esse ideal feminino não se limitaram às questões apontadas, mas também procuraram atingir o novo homem que se formava com a instalação da

modernidade na capital mineira. Em conselhos direcionados aos noivos, publicados na coluna social do “Diário de Minas”, podemos observar o sentido amplo dessas prescrições.

Educa a tua mulher, como se ela fosse o teu primeiro filho, no respeito pelas coisas sagradas da vida. Faze do amor um sacramento; e não diminui a grandeza desse sacramento com palavras ou atos grosseiros. A tua felicidade depende da dignidade de que souberes revestir o teu lar (Diário de Minas, “Sociedade”, 29/06/1929, p. 3).

Percebemos o tom prescritivo da relação matrimonial, na qual o homem educa a mulher-esposa para uma vida de felicidade e dignidade. Mas foi preciso enfatizar que o homem deveria ser sensibilizado para essas funções, controlando seus impulsos agressivos e aprendendo as artes de dominar o feminino, que foi infantilizado pelo autor da crônica. Os conselhos do articulista seguiram referindo-se aos modos de fazer a mulher realizar as vontades do homem; de repelir os maus desejos, os livros e as amigas, considerados os piores inimigos da mulher; de entreter a imaginação da mulher; de convencê-las de que as maquiagens não lhes caem bem; de aprender, até mesmo, a reconhecer pelas rugas que se formam nas testas das mulheres, suas mentiras. O comportamento corporal da mulher foi tomado como “símbolo cultural”, que levou à produção de “conceitos normativos”, capazes de interferir nas “divisões sociais” e nas organizações “subjetivas” dos sujeitos da cidade de Belo Horizonte (SCOTT, 1995, p 86-87). Homens e mulheres deveriam participar desse jogo de diferenciação, que envolvia uma complexa relação entre posições sociais, econômicas, étnicas e simbólicas de cada um dos envolvidos nesse processo de definição dos comportamentos morais.

A noção de “família” – burguesa no caso – serviu, dessa forma, para reforçar as diferenças entre os níveis de atenção que as feminilidades precisavam receber. Se os comportamentos e os corpos das mulheres precisavam ser observados, analisados, e passar por testes e “provas de fogo” para serem educados, certamente essas avaliações perpassavam por diferentes estágios e graus de diferenciação social, de acordo com os símbolos que cada mulher carregava no cotidiano e que designavam os diferentes “tipos” femininos. Alguns anúncios de cosméticos e produtos de higiene agregavam valores femininos burgueses às suas mercadorias, afirmando a possibilidade da manutenção da juventude, mesmo no cumprimento do papel de esposa. Associavam o desinteresse masculino pela esposa ao envelhecimento e à perda da beleza da mulher, inculcando-lhe uma falta natural, impossível de evitar a não ser por subterfúgios cosméticos.

Interessam ao seu marido as demais mulheres? Toda a esposa se sente ferida quando vê que o seu marido olha para uma jovem de cútis mais bela que a sua. Essa esposa sabe que já não é tão fascinadora como o fora quando o amor

começara a florescer. Não obstante, nada teria ela por que temer se houvesse tomado a precaução de fazer com que a superfície de sua pele viesse a resplandecer a encantadora cutis que ela possui debaixo da envelhecida. É preciso fazer desaparecer a cutícula exterior gasta, o que se consegue por meio da aplicação da Cera Mercolized (...) (O Estado de Minas, 14/09/1930, p. 5).

Não me parece demasiado repetir que o ideal desse feminino era pautado na branquitude e em valores burgueses. Tais valores eram colocados como arquétipo a ser perseguido por toda mulher que pretendesse sonhar com sua distinção social. Esse interesse pelo controle das medidas, formas e proporções do corpo feminino persistiu ao longo do último século, difundindo-se pelos diferentes grupos sociais e étnicos das brasileiras, conformando-se como uma profunda violência simbólica (SCHETTINI, 2006, p. 105-169; SIEGEL, 2005).⁶

De todos os artifícios empregados pela vaidade humana para corrigir os defeitos físicos, a maquilage ou, em vernáculo, a arte de pintar-se, é aquele de que mais se abusa. A princípio se dissimulava esse artifício, empregando-o apenas para assistir a bailes e reuniões, depois começou a ser usado a todas as horas, des[vir]tuando-se, tornando-se contraproducente, porque é bom a gente pintar-se, contanto que se estude a maneira de fazê-lo com tato e [finu]ra, e não como se pinta uma porta ou uma parede.

Cumpra adaptar a maquilage ao meio. **Em climas como o nosso, ele supre uma falta: a da cor natural, de que tanto carece nos países cálidos.** Aqui é tolerável, mas advertindo-se que há dois modos de pintar-se: um, discretíssimo, muito disfarçado, para durante o dia, e outro, mais acentuado, se bem que sempre prudente, para durante a noite. **Nada de abusos, assim o exigem a estética e a higiene.** A maquilage em pleno dia deve dar-se com muita suavidade, com toques ligeiros de pintura, esforçando-se por que a cutis não mostre em seu conjunto mais que esses tons naturais próprios da saúde e da vida, e ainda que nos averbem de rigoristas, pensamos que uma senhora, ao pintar-se deve esmerar-se como um aquarelista, estudando a maneira exata de operar a fusão dos tons que por justaposição devem mesclar-se e [esbatendo-os] uns nos outros, de forma a obter-se um efeito harmônico, delicado: em suma, a verdade em sua mais bela manifestação (DIÁRIO DE MINAS 30/01/1920, p. 1).

Os periódicos atuaram como importantes atores no debate sobre os usos dos espaços públicos ou coletivos no mundo urbano, associando-os com valores morais típicos das famílias médias e produzindo um reconhecimento da “identidade social” desse grupo de mulheres (CHARTIER, 1990, p.22-24). Um dos mecanismos de intervenção nesse debate foi a classificação e a nomeação de espaços de diversões públicas, de bares e de ruas, como centros de concentração e irradiação de imoralidades e licenciosidades, frequentados por homens vagabundos e mulheres decaídas. Essa desqualificação moral de determinados espaços da capital mineira, localizados na região central ou em zonas suburbanas, era uma forma de diferenciação que se relacionava com os desejos de manutenção e proteção de uma suposta essência do misticismo e da pureza das jovens mineiras e com os interesses de controle e

prevenção da contaminação imoral que os comportamentos das trabalhadoras e das meretrizes poderiam causar às “inocências” das famílias (RAGO, 1991; SCHETTINI, 2006, PEREIRA, 2019).⁷

O jornal “*O Estado de Minas*” publicou uma série de representações sobre o feminino e as maneiras, temperamentos, comportamentos ideais das mulheres honestas e das mulheres do vício. Logo nos seus primeiros números, o periódico publicou um texto da feminista Maria Lacerda de Moura, no qual ela criticava o uso indiscriminado do termo “feminismo” e dos preconceitos que os periódicos disseminavam sobre a questão. Suas críticas incidiram sobre a publicidade e o destaque dados às “vitórias femininas” tais como: “ocupar uma posição de destaque” no serviço público; “cortar os cabelos *a la garçonne*”; viajar sozinha; dar continuidade aos estudos; “divorciar-se”; “atravessar a nado o canal da Mancha”; “ser campeã de qualquer esporte”. Para Maria Lacerda Moura, essas vitórias “nada significam perante o problema de emancipação integral da mulher”, argumentando que havia a necessidade de uma luta ampla pela superação da submissão do papel da mulher na sociedade contemporânea. (MOURA, 1928, p. 7). Um mês após a publicação deste texto, o jornal publicou uma resposta de Celina Coelho, em que a autora repensava as críticas de Maria Lacerda e reafirmava certos princípios de feminilidade que precisavam ser preservados.

Sim, porque nem todas as mulheres se sentem inclinadas para a vida metódica do lar, e **muitas, embora se consorciem, não sabem ser a zeladora de casa, nem a companheira do marido**, deixando os filhos entregues às próprias índoles, conhecemos tantos exemplos... **Mas nem toda mulher quer ser independente. É uma questão de temperamento. (...) esta liberdade [que se pleiteia] não é, como parece à primeira vista, incompatível com as obrigações do lar**, conforme já disse em artigo publicado n’“A Manhã”, a mulher, com a vida difícil de agora, não pode explorar com tanta facilidade certos trabalhos, nem pode viver decentemente com os vencimentos miseráveis de um pobre chefe de famílias que luta heroicamente para manter-se honesto. **O principal é saber dividir as horas, atentando ao emprego e às necessidades dos seus, sem sacrificar seu lugar de mãe, de preceptora de seus filhos e de companheira do esposo**. Que benefício traz a esposa de atos elegantes e hábitos sociais, que entrega os filhos a uma “*nurse*” ou mesmo a moças, nem sempre competentes, e tem horas fúteis de mundanismo livre, pelos cafés, em vistas em passeios e entrevistas, que não para na habitação, só pensa nas modas e nas diversões, sem se incomodar com a família? (...) (COELHO, “*O Estado de Minas*”, 22/04/1928, p. 5, grifos meus).

As disputas pelos significados e objetivos da luta feminista são tão antigas quanto a história do feminismo (SOIHET, 2005a). É interessante notar, contudo, que esse debate, promovido em um jornal belo-horizontino, tem relação com as transformações econômicas e culturais pelas quais o país passava e que foram sentidas pelos sujeitos de Belo Horizonte.

Durante a década de 1920 a capital mineira passou por um período de intensificação das transformações urbanas: aumentaram o ritmo e a quantidade de pessoas em circulação; a indústria local e a oferta de bens de consumo diversificaram-se; ocorreu um crescimento populacional significativo; tudo isso acompanhado, por outro lado, de problemas de abastecimento, saúde e segurança (ANDRADE, 2004). A cidade passava a viver, cada vez mais, a dualidade entre um clima de tensão, causada pelos temores mundanos e pelos choques da experiência cotidiana, e o clima provinciano, marcado pela leveza e pela ausência de acontecimentos significativos (ANDRADE, 2004).⁸

Nesse sentido, Celina Coelho reafirmava a importância do papel da mulher na estrutura familiar, insistindo que a luta pela liberdade feminina causaria mais prejuízos à sociedade do que o pleno exercício da maternidade e do matrimônio. O argumento da necessidade de que os cuidados dos filhos e dos afazeres domésticos necessitavam permanecer sob o comando da mulher não foi só uma das representações que buscavam prescrever e referendar um modo feminino de ser das classes médias. Ele fez parte de um conjunto de representações diversas que pretendiam, por motivos também distintos, defender essa imagem sacralizada da mulher, mantendo uma lógica de dominação masculina. Por outro lado, havia discursos antifeministas que usavam do chiste e da caricatura para desqualificar ações tanto de feministas (SOIHET, 2005a; SOIHET, 2005b), quanto de mulheres que se envolviam ativamente em conflitos interpessoais e em casos policiais.

FEMINISTA PERIGOSA

Januária de tal, residente no fim da Avenida Affonso Penna, nas proximidades do Cruzeiro, **é uma mulher masculinizada, de maneiras agressivas, que aterroriza frequentemente aos seus vizinhos, com ameaças que muitas vezes, leva a efeito.**

O seu marido, - coitado! - não pode com ela e, quando protesta contra seu procedimento, **leva surras de “criar bicho”.**

Ontem, a terrível mulher chegou ao cúmulo de - **desmentindo a suposta fragilidade do seu sexo** - armar-se com um revólver e entrar em casa de sua vizinha Leopoldina Maria, para ameaçá-la de morte.

Esta, sabendo de quanto é capaz a sua provocadora e, temendo um trágico desfecho para a encetada desavença, foi, sem demora, pedir garantias ao dr. Olavo Drummond, delegado do 1º distrito. (O Estado de Minas, Na polícia e nas ruas, 21/09/1928, p.6, grifos meus).

As narrativas que se ocupam desse tipo de caso correlacionavam as ações dessas mulheres com determinados atributos corporais e morais típicos dos modos masculinos de ser. Essas narrativas assumiam a existência de mulheres fortes, violentas e agressivas, mas o fizeram reafirmando o vínculo estreito entre agressividade e masculinidade, como se esse vínculo fosse algo natural. Seus corpos, assim como sua conduta ativa, eram representados, dessa forma,

como corpos com performances masculinizadas (BUTLER, 2003). Os modos de agir, as formas de andar, de falar, de vestir, de se movimentar, eram comentados largamente em colunas sociais e alguns esquemas de comportamentos chegaram a ser disseminados como arquétipos do corpo feminino por colunistas dos jornais, como vimos argumentando ao longo do artigo.

No princípio da década de 1920, com essa difusão de demandas de grupos das elites locais pela moralização do espaço público, cresceram as reclamações a respeito da moda feminina e disseminava-se um medo de se confundir a mulher honesta com a mulher decaída (RAGO, 1991, p. 63-37; SEVCENKO, 1992, p. 23-73). Isso pode ser observado, além dos exemplos já apresentados aqui, a partir das formulações de prescrições a respeito do uso do chapéu por mulheres em espaços fechados, como nos cinemas, mas também pelos debates sobre as formas e tamanhos das vestimentas femininas (RAGO, 1991, p.65).⁹

A conjugação de diferentes conhecimentos sobre o corpo feminino, apoiados na observação estatística e pautados no discurso da ameaça da degeneração racial, permitiu o desenvolvimento de “toda uma teoria da postura e, conseqüentemente, toda uma pedagogia da postura para disciplinas cada vez mais cuidadosas” em relação aos comportamentos corporais das mulheres no espaço público (PERROT, 1986, p. 188). Em um texto a respeito do lenocínio no Rio de Janeiro publicado na “*Revista Forense*”, periódico jurídico editado em Belo Horizonte por Mendes Pimentel, os relatores reclamavam que a “semi nudez” da moda causava uma grande confusão social nas cidades, pois teria adentrado as casas de família, tornando a diferença entre as variadas manifestações e formas de ser mulher mais opaca e menos evidente. Diante da assumida dificuldade de solução dos “problemas” suscitados pela transformação sociocultural do período e diante da possibilidade de se diluir no curso da história as distinções sociais entre a mulher “honrada” e a mulher “desonesta”, os autores apontaram, perplexos, que “as transigências vão se manifestando e, em breve, a sociedade é uma massa confusa, onde não há distinções” (REVISTA FORENSE, 1927, p 447). Mais uma vez, o comportamento feminino não é avaliado somente levando em conta o gênero, mas dizia respeito à perda de referência das distinções sociais e à diluição das divisões sociais relacionadas a princípios morais e raciais. Reivindicações da população das classes médias, orientadas pelos “chefes de famílias” da burguesia mineira, passaram a cobrar atitudes da polícia, em especial de uma polícia de costumes, a respeito de abusos e imoralidades causadas pelos envolvidos com o meretrício no “centro urbano”, que importariam em “grave prejuízo para a ordem pública” (MINAS GERAIS, 1922, p.62). Assim, os argumentos de proteção à moral e à honra das famílias e o combate às supostas imoralidades praticadas na região da prostituição feminina na capital começaram a se

tornar importantes justificativas das intervenções policiais, que foram vistas como profilaxia contra a imoralidade reinante do período.

Esses argumentos se consolidaram num processo de circulação de referenciais simbólicos, de demandas sociais e de luta pela legitimidade de ocupação de determinados espaços urbanos pelo meretrício (SCOTT, 1995). As investidas e os apelos pela decência pública e em “defesa da família” se intensificaram ao longo do tempo. Essas demandas culminaram em uma guerra simbólica que inventou um tipo de família a ser defendido, mas também forjou a mulher que não atendia a suas expectativas e que passava a figurar como uma inimiga desse projeto civilizador. Um dos resultados desse processo foi uma série de propostas de controle e de reorganização da prática da prostituição no espaço urbano, que a polícia de costumes estadual buscou implementar em Belo Horizonte ao longo da década de 1920 (PEREIRA, 2019).¹⁰

Guerra aos cabarés

O Sr. Dr. Edgard Franzen de Lima, delegado da comarca da capital, baixou anteontem a seguinte portaria:

‘Pela presente portaria ficam de hoje para diante, cassadas todas as licenças para o funcionamento dos chamados ‘cabarés’ ou diversões públicas ou acessíveis ao público, com caráter permanente, nas denominadas ‘Pensões Chics’ desta capital.

E assim resolvo por me parecer abusivo e aberrante de dispositivos legais vigentes o funcionamento das referidas diversões, pelo que mando que, registrada esta no livro próprio se dê da mesma conhecimento imediato às pensões que porventura tenham ainda ou gozem presentemente das licença ora cassadas. (a) Edgard Franzen de Lima, Delegado da Comarca da Capital (Diário de Minas 23/02/1921, p. 2).

Os argumentos para intervenção policial na localização da prostituição na capital se consolidaram num processo de circulação de referenciais simbólicos, numa luta simbólica pela autoridade de definição dos espaços urbanos que seriam ocupados pelo meretrício. Esse processo envolveu, também, uma aproximação da polícia mineira com os saberes e práticas das polícias brasileiras, mas especialmente com os saberes da polícia de costumes parisiense (PEREIRA, 2019). O discurso dessas reclamações procurava construir e legitimar as “delimitações espaciais” e as “distinções sociais” das práticas de diversões noturnas e do meretrício (BOURDIEU, 1996). As “famílias mineiras” foram convocadas para compor o rol das instituições a serem protegidas pela polícia, mas também encabeçavam a luta pela “observância da moral” (PEREIRA, 2019).

Em artigo publicado em janeiro de 1923 o redator do “*Diário de Minas*” foi enfático ao afirmar que os chefes de família da capital mineira não queriam a extinção da prostituição, somente uma reorganização moral dessa prática. A necessidade de dar vazão aos impulsos

sexuais foi compreendida como algo natural do comportamento masculino, justificando a manutenção dos cabarés (RAGO, 1991), como o acontecimento narrado pelo artigo acabou reforçando. Não seria preciso, nessa lógica de intervenção, perseguir as meretrizes até que elas desaparecessem da cidade, mas **“localizar tais pontos de reuniões barulhentas e licenciosas fora das vistas e das ouças das famílias”** (Diário de Minas, 31-01-1923, p. 2, grifos meus). Essa relação entre as demandas da população e a ação da polícia foi marcada por tensões e houve diversos desencontros entre as cobranças feitas nos jornais e as formas pelas quais a polícia direcionou seu policiamento ao meretrício. Um articulista reclamou, meses mais tarde, que

há tempos as famílias residentes na Avenida Comercio **fizeram um abaixo assinado pedindo um fechamento do ‘Eden Cabarets’, dirigido habilidosamente pela famosíssima Olympia. E a polícia, mais que depressa mandou fechar o Radium Cabaret, casa de show menos escandalosa e contra a qual ninguém até então clamara.** É esquisito que o Sr. Chefe de Polícia, tendo o pedido de famílias para o encerramento de um prostíbulo, vá exatamente contra outra casa de diversões, deixando em paz Olympia, que prospera, sabe Deus de que modo, em seu Édén (Diário de Minas, Os cabarés em Belo Horizonte, 23/02/1923, grifos meus).

É preciso reforçar que os cabarés de Olympia também foram alvos da repressão policial, inclusive ao longo de toda década de 1920. Ela, entretanto, conseguiu manter-se na ativa, recorrendo das decisões dos delegados, através dos seus contatos políticos (PEREIRA, 2019). A polícia de costumes, especialmente após a instalação da Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos, na virada de 1927 para 1928, articulava-se para promover a retirada da prostituição do centro urbano e localizá-la em uma região afastada (MINAS GERAIS, 1922, p. 57; MINAS GERAIS, 1928, p. 229). Essa tentativa não foi concretizada, mas a polícia, lançando mão de uma portaria, manteve uma política de vigilância dos comportamentos de meretrizes do chamado “baixo meretrício”.¹¹ Tal política de policiamento acabou abarcando homens e mulheres que se envolviam em conflitos diversos, sem que eles tivessem, necessariamente, ligações com a prostituição.

Além disso, as formas de se apresentar e se comportar no espaço público surgiam como um dos principais motivos das prisões anunciadas nos jornais (PEREIRA, 2012). O que demonstra um investimento policial para uma transformação daqueles comportamentos, mas também a construção de representações sobre os espaços do meretrício e sobre os comportamentos que seriam típicos das prostitutas. Essas representações passaram a ser utilizadas como parâmetros para identificação dos sujeitos que transitavam na cidade, mesmos

daquelas mulheres que não se encaixavam necessariamente no esquema “honesta-decaída”, mas que invariavelmente tinham suas ações no espaço público avaliadas, observadas e “significadas simbolicamente como uma posição social”, ou no caso, moral (CHARTIER, 1990, p. 23).

Os relatos dos jornais foram uma forma de institucionalizar as marcas morais e corporais da existência de diferentes grupos da cidade. As representações que circularam nos periódicos foram capazes de organizar um conjunto discursivo a respeito dos comportamentos de determinadas mulheres e homens. Essas narrativas levantavam dúvidas sobre suas posições sociais e suas características morais, afinal, aqueles que transgrediam determinados códigos não passariam despercebidos e seus atos logo seriam anunciados e objetivados pelos “representantes” do espaço público, como os jornais e os guardas-civis.

Detidos

A polícia da 1ª circunscrição prendeu ontem a nacional Rosa Augusta de Miranda; de 32 anos de idade, **por se portar de maneira inconveniente no ponto dos bondes**, e Manoel de Jesus Vieira, que se mostrou **desrespeitador de famílias no Parque Municipal**. (Diário de Minas 29/01/1920, p.2, grifos meus).

Os comportamentos corporais dos habitantes da capital mineira foram, insistentemente, alvos dos projetos de modernidade para Belo Horizonte, os quais buscavam, desde sua fundação, “dotar os sujeitos de uma outra sensibilidade de ser e estar naquele mundo urbano” (MORENO e VAGO, 2011, p. 69). Paulatinamente, os prazeres, os desejos, as formas de ocupação do espaço público e de diversão noturna sofreram investimentos tanto das políticas de policiamento das seções urbanas e suburbanas da cidade, como de grupos sociais interessados em promover e estabelecer certos preceitos de civilidade, desconectados da sua realidade original, mas bastante imbricados com os interesses políticos de transformação da capital em um símbolo de modernidade (PEREIRA, 2018).

Considerações finais e transitórias

Entender os jornais como organizações sociais capazes de propor prescrições sociais e culturais é admitir seu papel formador na sociedade (PALLARES-BURKE, 1998). Neles, encontramos a circulação e a construção de conhecimentos, seja através da difusão cultural, seja através da sua função de noticiário. Essas duas formas que o jornal pode assumir – que estão longe de serem as únicas – permitiram a proposição de uma análise das maneiras pelas quais a imprensa construiu representações sobre as meretrizes, a vida do meretrício, as mulheres de família, as esposas e a vida em família. Permitiram observar a elaboração de classificações e a mobilização de um vocabulário próprio para se referir àquelas pessoas e àquelas práticas (RICOEUR, 1986; BOURDIEU, 1996).

Além disso, essa reflexão permitiu indagar as relações que os jornais estabeleceram com um conjunto de códigos e símbolos utilizados por diferentes saberes técnicos, como o policial. Foi possível notar, ainda, que os periódicos belo-horizontinos se constituíram como espaços para a tomada de posição e para a atuação política das elites locais a respeito das transformações sociais que se deram no período. Especialmente no sentido de barrar uma imaginada confusão entre as classes sociais e os grupos raciais que acompanhava a modernidade. Esses grupos, em que se inserem médicos, arquitetos, professoras, engenheiros, jornalistas e funcionários públicos, foram os “produtores” legítimos do espaço urbano, seja por seus discursos, seja por suas ações. Essas práticas mobilizaram dispositivos de uma vida urbana no intuito de fazer dos corpos um “lugar de desenvolvimento estético, de cultivo de maneiras, de processo civilizador” (MORENO e VAGO, 2011, p. 79).

A vida urbana em Belo Horizonte, enfim, foi definida por aquilo que a cidade oferecia e pelas maneiras como os habitantes desfrutaram desses espaços (SILVEIRA, 1996, p. 168), mas também, pela forma como esses habitantes produziram esses espaços e pelas disputas envolvendo as possibilidades de ocupação da cidade pelos mais variados corpos que viviam na capital. Como vimos, o cultivo do corpo feminino moderno foi perpassado por dilemas socioculturais caros à formação histórica da sociedade brasileira, como o processo de diferenciação entre, por um lado, um corpo desejado, que foi entendido como belo, branco, saudável, posto que higiênico, inspirando confiança, ativo mas delicado, contido e sem exageros e, por outro lado, um corpo constantemente evitado, que seria feio, ou menos belo, negro ou, por vezes, embranquecido e denominado mulato, anti-higiênico, desengonçado e exagerado em suas formas e gestos (LIRA, 1999, p. 54-55).¹²

Tratava-se de uma tentativa de produzir uma limpeza social presente em diferentes cidades na primeira metade do século XX e em políticas públicas diversas, como a regulamentação extralegal da prostituição e a implementação de códigos de divertimentos urbanos (PEREIRA, 2019; PULIDO LLANO, 2016).¹³ A vinculação entre espaços de divertimentos de trabalhadoras e trabalhadores urbanos como locais de prostituição ou de perdição moral pelos impressos diários não foi uma novidade mineira (KALIFA, 2013; PULIDO LLANO, 2016). Mas nos casos das cidades brasileiras no período republicano, percebe-se uma tendência dos processos de constituição da distinção moral terem como característica fundante uma combinação entre diferenciação social e diferenciação racial, devido ao passado recente da escravidão, reforçando o caráter interseccional desse fenômeno, tema pouco discutido na historiografia que trata da capital mineira (PEREIRA, 2016).

A circulação da dicotomia mulher negra, pobre e imoral *versus* a mulher branca, burguesa e pura deu-se de modo a valorizar a opacidade dessas diferenças. Segundo essa perspectiva, se o dinheiro faltava à mulher branca, os valores morais e raciais a salvariam da perdição de ser confundida com uma mulata empoeirada. É curioso perceber ecos desse tipo de distinção em diferentes acontecimentos recentes, como a popularização de marcas de cosméticos em determinados grupos sociais e a querela dos uniformes para empregadas domésticas ou babás em algumas capitais do Sudeste. Essas representações marcaram os corpos das mulheres e foram importantes organizadoras das distinções sociais vivenciadas pelo gênero feminino no espaço público em Belo Horizonte no século XX (PEREIRA, 2018). As prescrições para os comportamentos femininos em Belo Horizonte, analisadas nesse artigo, são indícios que remontam ao corpo desejado, sonhado e representado pelos grupos privilegiados na tomada de decisão sobre a produção do espaço público na capital mineira, que era representado como símbolo da modernidade e da civilização. Por outro lado, essas intervenções nos comportamentos das mulheres também se relacionam com o corpo-problema, que precisava transformar-se ou ser apagado da memória e da história da construção e consolidação da capital mineira como uma cidade moderna.

Referências

ANDRADE, Luciana. *A Belo Horizonte dos Modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte, C/Arte, 2004.

ANTUNES, Elton. *Um jornal no meio do caminho: os arquitetos da Imprensa na Belo Horizonte dos anos 20 e 30*. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia), FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo, Edusp, 1996.

_____. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. A aventura da imprensa. In: CASTRO, Maria Céres. et al. *Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte – 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG/PBH/AMI, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Bertrand: Rio de Janeiro, Difel, Lisboa, 1990.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. n. 11, vol. 5, 1991, p. 173-191.

COELHO, Celina. Feminismo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22-04-1928.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 1920-1928.

DIWAN, Pietra: *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 1928-1930.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. A inconfidência mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, nº 44, p.439-262, 2002.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

KALIFA, Dominique. *Les bas-fonds: histoire d'un imaginaire*. Paris: Éditions du Seuil, 2013. (L'univers historique).

LIRA, José Tavares Correia de. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. nº 1 / maio 1999, p. 47-78.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao sr. dr. Affonso Penna Júnior, secretário do interior, pelo bacharel Júlio Octaviano Ferreira, Chefe de Polícia, em 1922*. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DA SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado pelo dr. José Francisco Bias Forte, Secretário da Segurança e Assistência Pública, referente ao ano de 1927*. Belo Horizonte Imprensa Oficial do Estado, 1928.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DA SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao exmo. Sr. Presidente do Estado pelo dr. José Francisco Bias Fortes, Secretário da Segurança e Assistência Pública referente ao ano de 1928*. Volume II. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1929.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MORENO, Andrea; VAGO, Tarcísio Mauro. Nascer de novo na cidade-jardim da República: Belo Horizonte como lugar de cultivo de corpos (1891-1930). *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 67-80, set./dez. 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

MOURA, Maria Lacerda de. *Feminismo? Caridade? Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23-03-1928.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Caderno de Pesquisa*, Cortez, n. 104, p. 144-163, jul. 1998.

PEREIRA, Josemeire Alves. Os herdeiros da “Fazenda Bom Sucesso” e a população negra na história de Belo Horizonte (MG). *História Histórias revista do programa de pós-graduação em história* – UnB, Brasília, Vol. 4, n. 8, 2016 ISSN 2318-1729 p. 173-187.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. A. Sociabilidades e moralização dos costumes: Os guardas-civis e a experiência do policiamento do meretrício em Belo Horizonte (1928-1934). *Historia & Perspectivas (UFU)*, v. 49, p. 41-68, 2013.

_____. "Pobres mulheres": imaginário social e a prostituição em Belo Horizonte. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 17, p. 267-291, 2018.

_____. “No intuito de produzir influência educativa”: educação moral, polícia de costumes e prostituição feminina em Belo Horizonte (décadas de 1920-1930). Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PULIDO LLANO, Gabriela Pulido. Cabareteras y pachucos en *Magazine de Policía: Ciudad de México*, 1940. In SPECKMAN GUERRA, Elisa y BAILÓN VÁSQUEZ, Fabiola. (Coord.). *Vicio, prostitución y delito: mujeres transgresoras en los siglos XIX y XX*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 2016. (Serie Historia Moderna y Contemporánea, 68).

RICOEUR, Paul. *Du texte à l'action: essais d'hermeneutique*, II. Colletion Esprit. Paris, Seuil, 1986.

RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. In LOYOLA, Maria Andréa (Org.) *A sexualidade nas ciências humanas*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998.

RIBEIRO, Raphael Rajão. *A bola em meio a ruas alinhadas e uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1902-1927)*. 2007. Dissertação (História Social da Cultura), FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, Simone Adriani dos. *Senhoras e criadas no espaço doméstico, São Paulo (1875-1928)* Tese (Doutorado em História Social), FFCHL, USP, São Paulo, 2015.

SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre: v. 2, n. 20, Jul/Dez, p.71-99, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIEGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*, n. 91, Winter, p. 62-90, 2005.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. O sonho de uma *petit* Paris: os cafés no cotidiano da capital. In DUTRA, Eliana Freitas (org.) *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte C/Arte, 1996.

SOIHET, Rachel. Corpo feminino e formas de violência: discursos e práticas. In SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (Orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. 1 ed. Florianópolis - Belo Horizonte: Ed. Mulheres - PUC- Minas, 2005a.

_____. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*. [online]. vol.13, n.3, pp. 591-612, 2005b.

SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Boitempo/Senac, 2009.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.

Artigo recebido em 5 de março de 2018
Aceito para publicação em 13 de maio de 2019

¹ Este artigo é um desenvolvimento de questões que ficaram de fora da minha dissertação de mestrado, mas que foram produzidas no decorrer da pesquisa que culminou no texto final defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social da UFMG. A pesquisa teve 12 meses de apoio do CNPq, a quem agradeço.

² A di-visão produz uma separação do olhar e do modo como concebemos os objetos e sujeitos divididos por esse processo.

³ Penso na perspectiva da performance como processo de construção de sentido, significação e de identidade a partir da repetição da ação performática, que é “reencenação e nova experiência” ao mesmo tempo.

⁴ Na perspectiva desse pensamento, essas tentativas estavam fadadas ao fracasso.

⁵ *Os jornais passaram a atuar no século XIX e XX em diferentes níveis e de diferentes maneiras, como importantes meios de consolidação e formulação de projetos políticos e culturais nos centros urbanos*.

⁶ Essa violência é, antes de tudo, trans-histórica e traduz a feição do transnacional dos processos de conformação do capitalismo industrial e das sociedades de consumo no século XX. A sedução que os valores da modernidade traziam é um tema recorrente nas histórias de prostituição e de tráfico de mulheres, que *glamourizavam* a vida dos cabarés e enfatizavam a liberdade feminina.

⁷ É importante frisar que nem todas as mulheres que frequentavam os espaços de diversão noturna atuaram como prostitutas. Esses espaços também eram frequentados por homens e mulheres trabalhadores das indústrias ou do serviço doméstico da capital. Além disso, é comum encontrar prostitutas que também eram trabalhadoras desses ramos urbanos.

⁸ A percepção da cidade como um espaço de tensão se deu pela leitura dos jornais e encontra-se mais evidente em narrativas sobre os perigos do mundo do vício, sobre os problemas de habitação, os problemas da criminalidade, da licenciosidade dos cabarés, entre outros. Já as representações do provincianismo em Belo Horizonte, além de serem evidenciadas em poemas e contos publicados nos jornais, foi tema debatido por Andrade (2004). Estudando trabalhos de Pedro Nava, Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade a autora constatou que a principal representação de Belo Horizonte, construída pelos autores, era a do provincianismo.

⁹ Até onde foi possível perceber, os autores dos textos analisados eram, em geral, homens. Ainda não foi possível, contudo, encontrar evidências palpáveis sobre esses escritores.

¹⁰ Essas propostas foram desenvolvidas pela chamada “polícia de costumes” e culminou na criação de uma delegacia especializada na fiscalização de costumes. A Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos promoveu uma espécie de regulamentação extralegal da prostituição, promovendo arbitrariedades no processo de repressão à prática da prostituição feminina da capital mineira. Ver relatórios da Chefia de Polícia de 1922 e da Segurança Pública de 1928 e 1929.

¹¹ Uma portaria prescrevendo comportamentos das meretrizes foi proposta pela Delegacia de Costumes em 1928. Conferir Relatório da Segurança Pública de 1928.

¹² Esses discursos correspondem a uma retroalimentação do discurso médico-urbanista que propôs uma série de intervenções urbanas na vida e no cotidiano de populações trabalhadoras e negras nas cidades brasileiras ao longo do século XX.

¹³ Legalmente falando, a prostituição nunca foi efetivamente regulamentada pelo estado brasileiro, mas os governos estaduais ou municipais republicanos procederam de modo a regulamentá-la, criando regras que dependeram da vigilância de autoridades médicas ou policiais. A ocorrência e duração desses regulamentos extralegais, e seus cumprimentos, variaram ao longo do tempo e espaço.